



Caderno de Encargos
para Celebração de um Contrato de Aquisição de Serviços
“Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança”

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

Abril de 2024

Caderno de Encargos

Contrato de Aquisição de Serviços

.....

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento Nº01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

Praia, 19 de abril de 2024

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

ÍNDICE GERAL

CLÁUSULAS Jurídicas	5
CAPÍTULO I.....	6
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	6
Cláusula 1.ª	6
Objeto	6
Cláusula 2.ª	6
Contrato	6
Cláusula 3.ª	7
Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante	7
Cláusula 4.ª	7
Prazo	7
CAPÍTULO II	8
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	8
Cláusula 5.ª	8
Obrigações principais do Adjudicatário	8
Cláusula 6.ª	9
Local de prestação dos Serviços	9
Cláusula 7.ª	9
Equipa Técnica.....	9
Cláusula 8.ª	9
Gestão do pessoal.....	9
Cláusula 9.ª	10
Pessoal e Seguros	10
Cláusula 10.ª	10
Regime de prestação de serviços	10
Cláusula 11.ª	11
Dever de boa execução	11
Cláusula 12.ª	11
Responsabilidade	11
Cláusula 13.ª	12
Relatórios de execução dos serviços	12
Cláusula 14.ª	13
Fiscalização	13
Cláusula 15.ª	14
Regularização de contribuição fiscal e de segurança social	14
Cláusula 16.ª	14
Preço Contratual.....	14
Cláusula 17.ª	14
Faturação e condições de pagamento	14
Cláusula 18.ª	15
Seguimento e avaliação da execução do contrato de prestação de serviços	15
1. A adequação do resultado final dos serviços prestados face aos requisitos estabelecidos e á qualidade do serviço prestado será aferida através de seguimento e da realização de avaliação.	15
2. Os critérios de seguimento e avaliação serão definidos pela entidade adjudicante.	16
3. O seguimento e a avaliação serão efetuados durante a vigência do contrato, nos termos definidos no número anterior.	16
4. No caso de incumprimento das responsabilidades contratuais e se não correspondem aos padrões definidos, por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode:	16
a) Aceitar e utilizar determinados serviços mediante o pagamento de um preço reduzido, a acordar entre as partes;	16
b) Rescindir o contrato sem quais quer ónus ou encargos da sua responsabilidade.	16
Cláusula 19.ª	16
Adiantamentos de preço	16

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº nº01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

CAPÍTULO III	16
PENALIDADES E RESOLUÇÃO	16
Cláusula 20.ª	16
Penalidades	16
Cláusula 21.ª	17
Força Maior	17
Cláusula 22.ª	18
Resolução por parte da Entidade Adjudicante	18
Cláusula 23.ª	19
Efeitos da resolução	19
Cláusula 24.ª	20
Resolução pelo Adjudicatário	20
Cláusula 25.ª	21
Caução de Boa Execução do Contrato	21
Cláusula 26.ª	22
Caução para garantia de adiantamento	22
Cláusula 27.ª	22
Execução da Caução	22
Cláusula 28.ª	23
Seguros	23
Cláusula 29.ª	23
Despesas	23
CAPÍTULO IV	23
DISPOSIÇÕES FINAIS	23
Cláusula 30.ª	23
Objeto do dever de sigilo	24
Cláusula 31.ª	24
Prazo do dever de sigilo	24
Cláusula 32.ª	24
Dados Pessoais	24
Cláusula 33.ª	25
Subcontratação e cessão da posição contratual pelo Adjudicatário	25
Cláusula 34.ª	26
Cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante	26
Cláusula 35.ª	27
Dever de Informação	27
Cláusula 36.ª	27
Comunicações	27
Cláusula 37.ª	28
Resolução de litígios	28
Cláusula 38.ª	29
Contagem dos prazos	29
Cláusula 39.ª	29
Lei aplicável	29
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	29
Anexo I - Serviço de Vigilância e Segurança	29

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) contrato(s) subjacente(s) ao presente Procedimento, que tem por objeto principalmente a prestação de serviços de vigilância e segurança nos edifícios do Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do território e Habitação(MIOTH), na Praia, de acordo com o especificado no Anexo I do Caderno de encargos.
2. A assinatura do contrato não conferirá ao Adjudicatário qualquer direito de exclusividade na prestação dos serviços objeto do mesmo.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato subjacente ao presente Procedimento é celebrado por escrito.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - (a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - (b) O Caderno de Encargos;
 - (c) A proposta adjudicada, e
 - (d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato a celebrar, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª

Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante

1. Além da documentação integrante no procedimento, a Entidade Adjudicante, a solicitação do Adjudicatário, fornece quaisquer outros elementos disponíveis que não tenham caráter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor prestação dos serviços compreendidos no presente procedimento.
2. O Adjudicatário deve assegurar-se da exatidão dos dados fornecidos e das informações prestadas, mediante as comprovações e verificações que considerar pertinentes e com o objetivo de conseguir uma confirmação das condições de execução dos serviços a prestar.

Cláusula 4.ª

Prazo

1. O contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.
2. O contrato poderá ser renovado por conveniência do serviço e mediante a avaliação do desempenho satisfazer os objetivos da Entidade Adjudicante.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.
4. A denúncia do contrato por qualquer das partes deverá ser transmitida por carta registada com aviso de receção à outra com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias relativamente à data do termo inicial do contrato ou de qualquer uma das suas renovações.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

5. O prazo previsto na presente cláusula não é aplicável às obrigações acessórias previstas no Caderno de Encargos a favor da Entidade Adjudicante, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
6. A prestação de serviços será realizada de acordo com o programa de trabalhos apresentado pelo adjudicatário e aceite pela Entidade Adjudicante.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:
 - (a) Executar a prestação de serviços objeto do presente procedimento em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos;
 - (b) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - (c) Comunicar de imediato à Entidade Adjudicante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - (d) Informar de imediato a Entidade Adjudicante de quaisquer fatos de que tenham conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - (e) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Entidade Adjudicante, relativamente à prestação de serviços no prazo de 3 (três) dias.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

Cláusula 6.^a

Local de prestação dos Serviços

1. Os serviços objeto do contrato serão prestados nos locais especificados no anexo I do Caderno de Encargos.
2. A Entidade Adjudicante poderá, na vigência do contrato, solicitar a prestação dos serviços objeto do presente procedimento noutras instalações a indicar, com caráter temporário ou permanente, sem que haja alterações no preço devido.

Cláusula 7.^a

Equipa Técnica

A equipa técnica disponibilizada pelo Adjudicatário para a prestação dos serviços objeto do presente procedimento deverá ter os recursos necessários e adequados ao cabal e perfeito cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 8.^a

Gestão do pessoal

1. Durante todo o período de vigência da Prestação de Serviços, o Adjudicatário será responsável pelo recrutamento, remuneração, formação e gestão de todo o pessoal necessário à eficaz prestação dos serviços, em qualquer dia do ano.
2. Durante todo o período de vigência da prestação de serviços, o Adjudicatário será responsável perante a Entidade Adjudicante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar na prestação dos serviços e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades compreendidas na prestação de serviços.
3. A responsabilidade pela correta prestação de todos os Serviços será exclusivamente do Adjudicatário, ainda que este recorra a terceiros para a execução do Contrato.

Cláusula 9.^a

Pessoal e Seguros

1. O Adjudicatário ficará sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina do trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto à execução do contrato, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes.
2. O Adjudicatário obrigar-se a apresentar à Entidade Adjudicante, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante, durante todo o período de duração da Prestação de Serviços, cópias das apólices de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, relativamente a todo o pessoal afeto à execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante não se responsabilizará por quaisquer danos sofridos pelo pessoal ao serviço do Adjudicatário, resultantes de doenças profissionais, acidentes de trabalho ou outros motivos.
4. O Adjudicatário obrigar-se-á a segurar contra todos os riscos as instalações e respetivos equipamentos, durante todo o período de duração do contrato.
5. Os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do Adjudicatário.

Cláusula 10.^a

Regime de prestação de serviços

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

1. A prestação dos serviços objeto do presente Procedimento será feita com autonomia e sem qualquer espécie de subordinação jurídica entre o Adjudicatário ou os seus funcionários e a Entidade Adjudicante e os seus funcionários, pelo que, de modo algum, fica subentendida a existência de contrato de trabalho entre esta e aqueles.
2. Fica igualmente estabelecido que o poder direcional e disciplinar sobre os seus funcionários apenas poderá ser exercido pelo Adjudicatário, pelo que quaisquer ordens ou instruções apenas poderão ser emitidas por este último.

Cláusula 11.ª

Dever de boa execução

1. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante em execução do contrato, às exigências legais e normativos do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato subjacente ao presente procedimento.
2. O Adjudicatário desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
3. O Adjudicatário garante que os serviços por si prestados no âmbito do contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 12.ª

Responsabilidade

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

1. O Adjudicatário garante que os serviços serão prestados nos termos da Proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, de modo adequado à realidade e particularidades dos fins a que se destinam.
2. Em caso de incumprimento da prestação de serviços objeto do presente procedimento o Adjudicatário, sem prejuízo do disposto na cláusula 7.^a do Caderno de Encargos, responderá perante a Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.
3. O Adjudicatário responderá pelos atos do seu pessoal, ou de pessoal subcontratado, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer ação que ponha em risco os interesses da Entidade Adjudicante, nomeadamente danos causados nas instalações, equipamento e material utilizado que seja propriedade desta.
4. Sempre que surjam situações do tipo previsto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a reparar os danos por sua conta ou indemnizar a Entidade Adjudicante, pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Entidade Adjudicante incorra na medida em que resultem de factos imputáveis ao Adjudicatário ou a entidade por si subcontratada.
6. O não cumprimento do disposto no ponto anterior, reserva à Entidade Adjudicante o direito de mandar reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos ao Adjudicatário.

Cláusula 13.^a

Relatórios de execução dos serviços

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

1. O Adjudicatário obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do contrato a celebrar, os quais deverão ser mantidos em condições de poderem ser inspecionados e auditados pela Entidade Adjudicante.
2. O Adjudicatário apresentará à Entidade Adjudicante, com uma periodicidade mensal um relatório com a descrição da execução dos serviços objeto do presente procedimento.

Cláusula 14.^a

Fiscalização

1. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de executar, sempre que entender necessário, diretamente ou através de terceiros, auditorias e inspeções ao processo e resultado da prestação de serviços a contratar, bem como aos relatórios e registos indicados na cláusula anterior, com o objetivo de aferir a qualidade de serviço e o cumprimento das obrigações contratuais.
2. O Adjudicatário prestará todo o apoio e colaboração necessários à Entidade Adjudicante ou que esta requeira para efeitos de realização de auditorias e inspeções que esta pretender realizar.
3. Se a auditoria vier a revelar que o Adjudicatário não tem procedido ao cumprimento das suas obrigações ao abrigo dos contratos, a Entidade Adjudicante poderá comunicar ao Adjudicatário as recomendações que considere necessárias à correção dos defeitos e/ou deficiências eventualmente detetadas, tendo em vista, nomeadamente, a respetiva correção e a melhoria dos seus procedimentos sem quaisquer custos adicionais para a Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário compromete-se a implementar as recomendações efetuadas ao abrigo do número anterior no prazo comunicado pela Entidade Adjudicante, desde que tecnicamente viáveis e que não impliquem investimentos desproporcionados.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

4. Se as soluções propostas forem julgadas, em acordo entre as partes, como tecnicamente inviáveis ou implicarem investimentos desproporcionados, devem estas chegar a acordo sobre as medidas a implementar para corrigir os defeitos e/ou deficiências detetadas e melhorar os procedimentos do Adjudicatário.

Cláusula 15.^a

Regularização de contribuição fiscal e de segurança social

1. Durante a vigência do contrato a celebrar, o Adjudicatário obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Segurança Social, do Estado de Cabo Verde ou do Estado de que o Adjudicatário seja nacional ou se encontre estabelecido.
2. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da regularização referida no número anterior, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 16.^a

Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços referentes, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Adjudicatário o montante que resultar da proposta adjudicada, acrescido de imposto devido.
2. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade seja atribuída ao adjudicatário incluindo deslocação do pessoal, transporte, aquisições etc.

Cláusula 17.^a

Faturação e condições de pagamento

1. A faturação dos serviços será efetuada mensalmente, até ao dia **30 (trinta)** do mês subsequente à data de prestação dos serviços.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

2. O Adjudicatário emitirá a(s) fatura(s) em nome da Entidade Adjudicante, sendo esta(s) enviada(s) para Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.
3. O pagamento dos serviços será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias receção da respetiva fatura.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) será/serão paga(s) através de transferência bancária para conta a indicar pelo Adjudicatário.
5. Em caso de discordância quando aos valores indicados na(s) fatura(s), a Entidade Adjudicante deverá comunicar este fato ao Adjudicatário por escrito e no prazo de 48 horas após receção da respetiva fatura, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos Serviços por parte do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Entidade Adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender qualquer dos pagamentos acima referidos, sempre que o Adjudicatário não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.

Cláusula 18.ª

Seguimento e avaliação da execução do contrato de prestação de serviços

1. A adequação do resultado final dos serviços prestados face aos requisitos estabelecidos e a qualidade do serviço prestado será aferida através de seguimento e da realização de avaliação.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

2. Os critérios de seguimento e avaliação serão definidos pela entidade adjudicante.
3. O seguimento e a avaliação serão efetuados durante a vigência do contrato, nos termos definidos no número anterior.
4. No caso de incumprimento das responsabilidades contratuais e se não correspondem aos padrões definidos, por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode:
 - a) Aceitar e utilizar determinados serviços mediante o pagamento de um preço reduzido, a acordar entre as partes;
 - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

Cláusula 19.ª

Adiantamentos de preço

1. A pedido do Adjudicatário e caso assim o decida, a Entidade Adjudicante poderá efetuar adiantamentos de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das referidas prestações, desde que:
 - (a) O valor dos adiantamentos não seja superior a 30% do preço contratual, e
 - (b) O Adjudicatário tenha previamente comprovado à Entidade Adjudicante a prestação de uma caução para adiantamento de preço, nos termos constantes na cláusula 29.ª do Caderno de Encargos.
2. Os adiantamentos serão imputados aos pagamentos previstos da seguinte forma:
 - (a) Totalidade do valor adiantado na primeira faturação.

CAPÍTULO III

PENALIDADES E RESOLUÇÃO

Cláusula 20.ª

Penalidades

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

1. Em caso de incumprimento imputável ao Adjudicatário, ou a terceiros por si contratados para a prestação de serviços objeto do presente Procedimento, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
 - (a) A entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, ate **15% do respetivo preço contratual**.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado mensalmente.
3. O prazo para pagamento pelo Adjudicatário das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Entidade Adjudicante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Entidade Adjudicante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar ao Adjudicatário, ao abrigo do contrato a celebrar.
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% do preço contratual.
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, pelo fato de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30%.

Cláusula 21.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.

2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior

Cláusula 22.^a

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais do Adjudicatário e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
 - (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

- (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Adjudicatário;
- (d) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- (e) Oposição reiterada do Adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adjudicante;
- (f) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela Entidade Adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;
- (g) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
- (h) Incumprimento pelo Adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- (i) Não renovação do valor da caução pelo Adjudicatário;
- (j) O Adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

Cláusula 23.ª

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato subjacente ao presente procedimento pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

2. A indemnização é paga pelo Adjudicatário no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 24.ª

Resolução pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pelo contraente público e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Entidade Adjudicante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Entidade Adjudicante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
 - (a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

- (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
- 3. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
- 4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Entidade Adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a Entidade Adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 25.^a

Caução de Boa Execução do Contrato

- 1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total da prestação, com exclusão do IVA, nos casos dos contratos cujo o valor igual ou superior a 2.000.000\$ 00 (dois milhões de escudos).
- 2. A Entidade Adjudicante promoverá a liberação da caução de boa execução do contrato:
 - (a) Após o cumprimento pelo Adjudicatário de todas as obrigações contratuais que sobre si impendam;
 - (b) Se o contrato não for celebrado no prazo fixado, por facto imputável à Entidade Adjudicante.
- 3. A liberação da caução depende da inexistência de defeitos da prestação do Adjudicatário ou da correção daqueles que hajam sido detetados até ao momento

da liberação, salvo se a Entidade Adjudicante entender que os defeitos identificados e não corrigidos são de pequena importância e não justificam a não liberação.

Cláusula 26.ª

Caução para garantia de adiantamento

1. Para garantir o pagamento de adiantamentos, o Adjudicatário deverá prestar uma caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados pela Entidade Adjudicante.
2. A caução referida no número anterior deverá ser prestada por um dos meios previstos no artigo 107.º do Código da Contratação Pública.
3. O Adjudicatário deverá comprovar à Entidade Adjudicante a prestação da caução à Entidade Adjudicante previamente à prestação dos adiantamentos.
4. A caução será progressivamente liberada com a realização das prestações contratuais correspondentes ao pagamento adiantado efetuado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 27.ª

Execução da Caução

1. A Entidade Adjudicante pode executar as cauções prestadas pelo Adjudicatário, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais pelo Adjudicatário, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

2. O Adjudicatário está obrigado a renovar o valor decorrente da execução parcial ou total da caução prestada, no prazo de 15 dias após a notificação da Entidade Adjudicante para o efeito, sob pena de incumprimento contratual, podendo a Entidade Adjudicante invocar a exceção de não cumprimento quanto ao pagamento de faturas ou proceder à retenção do valor em falta para a reposição do valor inicial da caução, nos pagamentos a efetuar ao Adjudicatário.

Cláusula 28.^a

Seguros

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro até aos limites mínimos obrigatórios:
 - (a) Seguro de Acidentes de Trabalho;
 - (b) Seguro de Responsabilidade Civil multirrisco por todos os danos corporais e/ou materiais causados a terceiros e /ou à Entidade Adjudicante;
2. O Adjudicatário obriga-se a manter durante toda a duração do contrato que vier a ser celebrado e eventual prorrogação, os seguros referenciados no número anterior, devidamente pagos e atualizados.

Cláusula 29.^a

Despesas

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 31.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor para além do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato e sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 32.^a

Dados Pessoais

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

1. Devido à natureza dos Serviços objeto dos contratos a celebrar, o Adjudicatário poderá aceder a dados pessoais de terceiros, devendo fazê-lo em estrito respeito do disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais e das instruções da Entidade Adjudicante, não podendo nomeadamente proceder à sua reprodução, gravação, cópia ou divulgação para outros fins que não constem dos contratos.
2. O Adjudicatário compromete-se a manter os dados pessoais estritamente confidenciais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores ou subcontratados.
3. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados, seja qual for a causa, o Adjudicatário compromete-se a adotar todas as medidas tendo em vista a recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Entidade Adjudicante.
4. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir a Entidade Adjudicante por todos os prejuízos em que esta venha eventualmente a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados contra a Entidade Adjudicante.

Cláusula 33.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual pelo Adjudicatário

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário dependem de autorização prévia da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 27.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá identificar quais as prestações contratuais que em concreto pretende subcontratar ou ceder,

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

- o subcontratado ou cessionário em causa, bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida nos números 5 e 6 do artigo 27.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, conforme aplicável.
3. A Entidade Adjudicante poderá, a todo o tempo, requerer a substituição de qualquer subcontratado, se:
 - (a) No seu entender, tal subcontratado não se mostrar qualificado para cumprir as obrigações subcontratadas;
 - (b) Tomar conhecimento de violação, pelo subcontratado, de quaisquer obrigações decorrentes do contrato ou de qualquer legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável.
 4. Caso a Entidade Adjudicante requeira a substituição do subcontratado, nos termos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de receção da comunicação da Entidade Adjudicante proceder à identificação do novo subcontratado e à apresentação dos documentos referidos no n.º 6 do artigo 27.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
 5. A autorização da nova subcontratação referida no número anterior obedecerá ao disposto no artigo (27.º) do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
 6. Em caso de subcontratação o Adjudicatário manter-se-á como garante e único responsável perante a Entidade Adjudicante pela execução das obrigações contratuais assumidas.

Cláusula 34.ª

Cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante poderá ceder a sua posição contratual a qualquer momento, sem necessidade de acordo do Adjudicatário.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário poderá opor-se à cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante apenas em caso de fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do Adjudicatário.

Cláusula 35.ª

Dever de Informação

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 36.ª

Comunicações

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

1. Salvo quando forma especial for exigida no Caderno de Encargos, todas as comunicações entre as Partes relativamente a este Contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante relatório, e dirigidas ao serviço afetada.
2. As comunicações efetuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas normais de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações protocoladas ou mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo protocolo ou aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax, cujo conteúdo não seja perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse facto à Parte que tenha emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.
5. Qualquer alteração das informações de contacto de cada Parte, incluído a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

Cláusula 37.^a

Resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o tribunal de Comarca da Praia.
2. As partes no contrato podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

Cláusula 38.^a

Contagem dos prazos

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados

Cláusula 39.^a

Lei aplicável

O contrato subjacente ao presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Anexo I - Serviço de Vigilância e Segurança

Os serviços de vigilância e segurança serão prestados num total de 2 (dois) postos, de 24horas.

Os postos onde serão prestados os serviços poderão sofrer alterações tendo em conta os seguintes fatores:

- a) A disponibilidade orçamental;

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

- b) A reestruturação dos serviços;
- c) A conjuntura económico-financeira.

À possibilidade de os serviços de segurança serem reforçados por serviços de segurança pública.

Especificações dos serviços a prestar:

1. A empresa contratada para prestação de serviços objeto do presente concurso obriga-se a cumprir, nomeadamente, as seguintes especificações técnicas e funcionais gerais referentes aos serviços de vigilância e Segurança e de atendimento público:

- ✓ Proceder abertura e encerramento dos acessos às instalações;
- ✓ Realização do atendimento telefónico e do encaminhamento das chamadas quando solicitado;
- ✓ Controlo do Chaveiro, das áreas sob a responsabilidade do serviço de acordo com as instruções do responsável de segurança ou do responsável local de segurança;
- ✓ Proceder a guarda, recebimento e entrega das chaves das viaturas do Ministério que são depositadas e levantadas no início e no final do expediente, mediante preenchimento do mapa de controlo pelos condutores;
- ✓ Supervisionamento do acesso de pessoas aos diversos locais das instalações impedindo a entrada e permanência de pessoas em locais de acesso para os quais não estejam autorizadas;
- ✓ Controlar o acesso de personalidades, entidades, pessoas e visitantes que não são funcionários, nas entradas internas através do cartão de acesso biométrico, fornecido pela entidade contratante;
- ✓ Monitorização com proficiência, cuidado e precisão dos equipamentos de vigilância eletrónica instalados ou a instalar;

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

- ✓ Relato de todas as situações das anomalias ou potencialmente perigosas, sugerindo as alterações ou reparações necessárias para garantir a eficácia do sistema de segurança e evitar a ocorrência de quaisquer acidentes;
- ✓ Realização periódica de visitas de supervisão e assistência aos postos de vigilância;
- ✓ Adoção das ações preliminares de combate a incêndios, inundações ou explosões, solicitando reforços ou meios de apoio externos, sempre que tal se revele necessário;
- ✓ Controlo e registo de todos os movimentos de entradas e saídas do pessoal das equipas ligadas a prestadores de serviços da Entidade Adjudicante em especial da limpeza e da manutenção;
- ✓ Permitir a entrada de personalidades e entidades oficiais respeitando as regras protocolares;
- ✓ Não permitir a entrada ou saída de funcionários, que não sejam autorizadas ou devidamente credenciado aos sábados, domingos e feriados;
- ✓ Acompanhar a movimentação de pessoas através do sistema de videovigilância, onde se dispõe desse dispositivo;
- ✓ Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- ✓ Preenchimento das fichas individuais de identificação de todas as pessoas que visitam as instalações;
- ✓ Supervisionar a entrada e a saída de pessoas, mercadorias e equipamentos, com ou sem registo em impresso próprio e informar as situações anómalas;
- ✓ Cumprir escrupulosamente as normas e procedimentos internos de segurança;
- ✓ Executar o serviço de rondas às instalações, geradores, viaturas estacionadas nos locais que lhe são destinados e áreas envolventes;
- ✓ Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas da Direção

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, bem como as que entender oportunas;

- ✓ Prestação de informações aos utentes e visitantes das instalações e encaminhamento dos mesmos aos locais pretendidos, após autorização dos respetivos visitantes, de acordo com as instruções do responsável de segurança ou do responsável local de segurança.
- ✓ Execução de ronda antes da abertura das instalações ao público;
- ✓ Execução de ronda após o fecho das instalações ao público devendo, nomeadamente: apagar as luzes desnecessárias, verificar torneiras e autoclismos; verificar o estado de encerramento de portas e janelas; ligar e/ou desligar os quadros elétricos ou ativar e/ou desativar máquinas ou outros equipamento de acordo com as instruções recebidas;
- ✓ Prevenção da ocorrência de intrusão, furto, roubo, incêndio, inundação, sabotagem, vandalismo, desordens e, de um modo geral, de tudo o que implique a segurança de pessoas e bens ou a perturbação do normal funcionamento dos serviços;
- ✓ Solicitação da intervenção de meios de apoio externo, sempre que tal se revele necessário;
- ✓ Zelar pela integridade, segurança e proteção do património e das pessoas;
- ✓ Prestar apoio à administração nas mudanças ou transporte de equipamentos de escritório de um serviço para outro ou dentro do mesmo serviço;
- ✓ Registrar presenças do pessoal de limpeza através do livro próprio de registo, a ser fornecido pelo contratante, e
- ✓ Elaborar o relatório diário e mensal de todas as ocorrências.

2. Os Vigilantes destacados para portaria têm as funções de:

CADERNO DE ENCARGOS

Contrato de Aquisição de Serviços Nº n°01_UGA/DGPOG-MIOTH/2024

“Prestação de serviços de vigilância e segurança”

- ✓ Controlo do Chaveiro, das áreas sob a responsabilidade do serviço de acordo com as instruções do responsável de segurança ou do responsável local de segurança;
- ✓ Controlar o acesso dos funcionários mediante apresentação de cartões de identificação;
- ✓ Efetuar o registo de todos os funcionários que tenham acesso as instalações depois das horas normal de funcionamento bem como os que frequentam as instalações fora das horas e dos dias normais de funcionamento;
- ✓ Efetuar o controlo, registo e identificação dos visitantes na entrada e saída, mesmo as equipas ligadas a prestação de serviços da Entidade Adjudicante, em especial da limpeza e da manutenção;
- ✓ Anunciar o visitante atempadamente ao visitado e saber se este o pode atender no momento;
- ✓ Não deve permitir a saída de bens da empresa sem a devida autorização das autoridades competentes;
- ✓ Conhecer pormenorizadamente todo o serviço que irá desempenhar no Posto de serviço;
- ✓ Zelar pelas instalações que estejam a seu cargo, bem como por tudo que nela existe;
- ✓ Efetuar um relatório de Ocorrência todos os dias e entregar ao seu Supervisor;
- ✓ Sempre que seja necessário solicitar a presença da **Policia Nacional**, dos **Bombeiros**, dos dirigentes da empresa.